

Carta Mensal Educativa

Publicação do Instituto de Pesquisas e Administração da Educação

ISSN 1414-4778

Ano: 27 nº: 257 - janeiro de 2022

<https://youtu.be/i0zRIqyN6fM>

As instituições de ensino superior no Brasil

João Roberto Moreira Alves (*)

O Ministério da Educação disponibiliza para livre acesso informações sobre as instituições de ensino superior através do sistema e-MEC.

O mesmo foi criado em 2007 para permitir que as universidades, centros universitários e faculdades procedam a abertura e o acompanhamento dos processos que passaram, a partir dessa época, serem feitos eletronicamente.

Além dessa função o sistema possibilita que se identifiquem quais são as entidades mantenedoras e mantidas que atuam no segmento e a situação jurídico-educacional de cada uma, assim como dos cursos de graduação e pós-graduação lato sensu.

Essas informações em tempo real antecedem os resultados dos censos que normalmente são divulgados com uma natural defasagem quanto ao tempo.

Com base nessas fontes foi possível que o Instituto de Pesquisas e Administração da Educação elaborasse uma análise do cenário das IES em janeiro de 2022.

Constata-se que há cadastrado no Ministério da Educação 2.970 entidades mantidas, entre públicas e privadas, sendo 204 universidades, 395 centros universitários e 2.371 faculdades que correspondem, respectivamente, a 6,87%, 13,30% e 79,83%.

Os dois primeiros grupos possuem autonomia para criar cursos de graduação, permitindo uma rápida expansão, enquanto o último depende de autorização governamental para o seu crescimento.

Essa regra faz com que as chamadas “isoladas” fiquem cada vez com maiores dificuldades diante da crescente competição do mercado educacional.

No grupo das universidades temos 90 particulares, sendo 68 sem fins de lucro e 22 com objetivos econômicos. Nas públicas existem 68 federais, 41 estaduais e 5 municipais.

Quantos aos centros universitários há 350 particulares (142 sem fins de lucro, 204 com fins lucrativos e 4 chamadas especiais (autarquias e fundações municipais). Há 49 públicos, sendo 42 institutos federais, 2 estaduais e 5 municipais.

Por fim analisemos as faculdades que são 2.231 particulares, com mantenedoras constituídas como sem fins lucrativos (739) e com fins comerciais (1.492). Há ainda 20 especiais (autarquias e fundações municipais). São apenas 140 públicas (9 federais, 99 estaduais e 32 municipais).

Novo estudo elaborado pelo IPAE mostra os cenários quanto ao credenciamento para educação a distância. Considerando que praticamente todos os processos aprovados pelo Conselho Nacional de Educação são confirmados pelos órgãos do Ministério, o levantamento é feito a partir da aprovação pelo colegiado. Notam-se 994 instituições credenciadas, o que corresponde a 33,46%.

Desse universo 171 são universidades, 198 centros universitários (incluindo os institutos federais de educação tecnológica) e 578 faculdades. Adicionam-se 10 escolas de governo e 37 instituições credenciadas provisoriamente.

Vê-se, portanto, que existe uma forte tendência de que as entidades que desenvolvem cursos superiores caminhem para terem seus credenciamentos para realizarem seus projetos pedagógicos com o uso da EaD.

No Brasil ainda há essa exigência de credenciamento pela União Federal eis que considera, erroneamente, a educação a distância como uma modalidade, quando na verdade é uma metodologia. As modalidades são claramente definidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e contemplam tão somente a educação profissional e tecnológica, educação de jovens e adultos e educação especial.

Os países, em sua quase totalidade, não exigem credenciamento para o uso de uma modalidade de aprendizagem e por essa razão há um forte uso das tecnologias nos programas educacionais.

Outro ponto importante de se considerar é que o último censo educacional da educação básica apontou a existência de 28.933 escolas que ministram o ensino médio, entre públicas e privadas.

Numa análise comparativa os alunos dessas quase vinte e nove mil escolas são afunilados para duas mil e novecentas instituições de ensino superior, que equivalem a cerca de dez por cento. Essa é uma das razões do ainda pequeno número de estudantes universitários no Brasil.

A modificação desses quadros depende de fortes e competentes políticas públicas que não podem prescindir da relevante colaboração da livre iniciativa do setor educacional.

Um novo e arrojado plano nacional de educação terá que ser elaborado em breve com a participação de toda a sociedade. O atual, aprovado há quase uma década, não foi suficiente para atingir as vinte metas, dentre as quais o aumento dos universitários em nosso país.

(*) Presidente do Instituto de Pesquisas e Administração da Educação

EXPEDIENTE

Carta Mensal Educacional

Publicação mensal do Instituto de Pesquisas e Administração da Educação

Exemplares arquivados na Biblioteca Nacional de acordo com Lei nº 10.944, de 14 de dezembro de 2004 (Lei do Depósito Legal).

ISSN (International Standard Serial Number) nº 1414-4778 conforme registro no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT (Centro Brasileiro do ISSN), vinculado ao Ministério de Ciência e Tecnologia.

Editora do Instituto de Pesquisas e Administração da Educação cadastrada no ISBN (International Standard Book Number) sob o nº 85927 conforme registro na Biblioteca Nacional.

Reprodução permitida by Instituto de Pesquisas e Administração da Educação

Editor Responsável - João Roberto Moreira Alves

Edição e Administração - Instituto de Pesquisas e Administração da Educação

Av. Rio Branco, 156 - Conjunto 1.926 - CEP 20040-901 - Rio de Janeiro - RJ – Brasil

[http:// www.ipae.com.br](http://www.ipae.com.br) - e-mail: ipae@ipae.com.br

FICHA CATALOGRÁFICA

Carta Mensal Educacional

Nº 1 (fevereiro 1996) - Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas e Administração da Educação, 1980 - N.1: 29.5 cm – Mensal

Publicação do Instituto de Pesquisas e Administração da Educação.

ISSN - 0103-0949